



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANEXO V

Exercício de 2022

INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES - IAN
Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (IN-TC-0020-2015, Art. 9º c/c Art. 14º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Instituto Ambiental de Navegantes (IAN)
CNPJ:	05.052.722/0001-03
Endereço:	Rua Itajaí, nº 230, Bairro São Domingos, Navegantes - SC
Telefone:	(47) 3185-2015
E-mail:	ian@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	https://www.navegantes.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Marcos Zaleski de Matos
CPF	049.047.389-00
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de janeiro de 2021 a dezembro de 2022
Ato Nomeação e data	Portaria n.º 009 de 01 de janeiro de 2021
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	Rua Onélia Couto Cabral, 862 – Gravatá, Navegantes, 88372-824
E-mail	ian.superintendente@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes, possui os seguintes conselhos vinculados a entidade:

Nome do conselho	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Navegantes (CONDEMA)
Fonte legal:	Lei Ordinária nº 1197 de 06 de junho de 1997
Quantidade de Membros Governamentais	5
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	5
Data da Última Reunião	14/12/2022

Nome do conselho	Conselho Gestor do Parque Natural Municipal de Navegantes (CONGEPAN)
Fonte legal:	Lei Complementar nº 117 de 13 de outubro de 2011
Quantidade de Membros Governamentais	5
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	6
Data da Última Reunião	01/12/2022

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes, possui na sua estrutura organizacional:

TÍTULO DO CARGO	LEI DE CRIAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE LEGAL	QUANTIDADE OCUPADA
a) Superintendente;	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
b) Assessor Técnico II de Educação Ambiental;	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
c) Assessor Técnico II de Unidades de Conservação.	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
d) Gerente Administrativo;	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
e) Executivo de Projetos Estratégicos I de Licenciamento e Fiscalização;	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
f) Procurador Fundacional;	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
g) Analista Ambiental - Engenharia Ambiental;	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
h) Analista Ambiental - Engenharia Sanitária;	Lei Complementar nº 362/2021	1	0
i) Analista Ambiental - Engenharia de Agrimensura;	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
j) Analista Ambiental - Engenharia Agrônoma;	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
l) Analista Ambiental - Engenharia Química;	Lei Complementar nº 362/2021	1	0
m) Analista Ambiental - Biologia;	Lei Complementar nº 362/2021	1	0
n) Analista Ambiental - Geologia;	Lei Complementar nº 362/2021	1	0
o) Analista Ambiental - Medicina Veterinária;	Lei Complementar nº 362/2021	1	1
p) Fiscal Ambiental;	Lei Complementar nº 362/2021	2	2
q) Técnico em Serviços Complementares.	Lei Complementar nº 362/2021	3	0

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

LEI 1461 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2001 – Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências combinado com suas respectivas alterações.

Art. 2º A Fundação Municipal do Meio Ambiente reger-se-á pelas seguintes normas e objetivos:

I - executar a política ambiental do Município de Navegantes no que diz respeito ao Meio Ambiente.

II - articular-se com organismos municipais, estaduais, federais, internacionais e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas de proteção ao meio ambiente;

III - assessorar a preservação, a recuperação e a exploração racional dos recursos naturais do Município;

IV - celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando desenvolver a política de recursos da Fundação;

V - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para com os problemas de preservação e proteção ambiental;

VI - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente natural, autuando e aplicando as punições que a legislação ambiental dispõe para cada caso de agressão, poluição, caça e pesca predatória;

VII - implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação localizadas em áreas protegidas por lei, tais como: matas nativas, dunas, restingas, manguezais, encostas e recursos hídricos, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora, fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ambiental;

VIII - assessorar a Administração Pública Municipal em todos os seus aspectos relativos à formulação, coordenação, execução e fazer executar a Política Municipal do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis;

IX - colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os respectivos proprietários na conservação de áreas de vegetação declaradas de preservação permanente, assim como incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos;

X - controlar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento das balneabilidades das águas costeiras e interiores;

XI - propor e operacionalizar normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, incluindo critérios para colocação de propagandas em logradouros públicos e particulares e em prédios e terrenos;

XII - auxiliar na implantação, na coordenação e na operacionalização de hortos municipais, com a finalidade de executar atividades de reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagens e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município;

XIII - colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no Município conforme legislação dos órgãos competentes;

XIV - promover campanhas para o tombamento das espécies de árvores nativas, localizadas em logradouros públicos, afim de que sejam imunes ao corte, por serem consideradas patrimônio histórico natural;

XV - propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem com transportes, movimentação e depósito de cargas perigosas e tóxicas no Município;

XVI - estimular a implantação e normatizar as atividades relacionadas ao ecoturismo no Município;

XVII - definir as políticas municipais de limpeza urbana, em relação à coleta seletiva do lixo, à reciclagem do lixo seco, à compostagem do lixo orgânico e à disposição final do lixo sem aproveitamento;

XVIII - participar na fiscalização das atividades utilizadoras de tecnologia nuclear, assim como de quaisquer outras substâncias perigosas, em suas várias formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XIX - executar projetos específicos de coleta seletiva e protegida de pilhas, baterias, carregadores de celulares, lâmpadas fluorescentes, a fim de evitar a contaminação do meio natural e social;

XX - promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes;

XXI - operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância que visem a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

XXII - executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

XXIII - apoiar com recursos próprios disponíveis e procurar apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como para empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;

XXIV - fiscalizar as formas de agressão ao meio ambiente, aplicando as penalidades e punições previstas na legislação ambiental brasileira;

XXV - promover campanhas, eventos, seminários, congressos, oficinas ecológicas, através de iniciativas próprias, tendo a liberdade e autonomia de elaborar projetos, captar recursos financeiros, listar os convidados e gerenciar todas as atividades relativas às promoções que busquem a conscientização pública;

XXVI - assessorar a Administração Municipal no que concerne aos aspectos ligados ao meio ambiente, previstos na Lei Orgânica do Município, bem como aqueles eventuais que necessita de apoio logístico institucional;

XXVII - analisar os projetos hidrossanitários de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito municipal, sujeitas ao licenciamento ambiental municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 362/2021)

XXVIII - licenciar, por delegação de poderes, mediante convênio com os órgãos integrantes do Sisnama, as atividades consideradas potencialmente poluidoras no âmbito do Município, conforme determinam as resoluções do Conama;

XXIX - analisar e aprovar os projetos de extensão do serviço público municipal de estrutura básica, com repercussão ambiental.

Lei Complementar Municipal nº 13/2003 - Institui a política municipal do meio ambiente e dá outras providências.

Estabelecer normas, critérios e padrões destinados ao controle, à manutenção e à recuperação do meio ambiente, válidos para todo o município, bem como a definição das atividades potencialmente causadoras de poluição ou degradação ambiental.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

CÓD. PROGRAMA	TÍTULO DO PROGRAMA	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP.	DESP LIQ.	DESP PAGAS
1019	Investimentos em Ações do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	53.000	53.000	0	0	0
2066	Manutenção do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	2.050.000	2.427.000	1.847.397	1.743.567	1.731.817
2067	Custeios e Investimentos com Recursos da Compensação Ambiental	45.000	189.000	166.890	49.900	49.900
Total Geral		2.148.000	2.669.000	2.014.287	1.793.467	1.781.717

Situação metas físicas:

CÓD. AÇÃO	TÍTULO DO PROGRAMA	QUANTIDADE E PREVISTA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E EXECUTADA	% EXECUÇÃO
1019	Investimentos em Ações do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	1	Investimento	Ano	Sem info.	Sem info.
2066	Manutenção do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	1	Manutenção das atividades	Ano	Sem info.	Sem info.
2067	Custeios e Investimentos com Recursos da Compensação Ambiental	1	Manutenção das atividades	Ano	Sem info.	Sem info.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas neste exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos neste exercício.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

EMPENHO	EMIÇÃO	CREDOR	INSCRITO EM R.P. NÃO PROC.	INSCRITO EM R.P. PROC.	CANCELADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO	JUSTIFICATIVA
88/2021	06/08/2021	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	5.885	1.190	0	1.718	1.718	5.356	Despesa não cancelada pelo Instituto Ambiental de Navegantes
140/2021	10/12/2021	BETHA SISTEMAS LTDA	2.905	3.620	0	3.620	3.620	2.905	Despesa não cancelada pelo Instituto Ambiental de Navegantes

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

a.1) Quadro de pessoal (quantidade):												
Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agentes Públicos Militares Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Membros ativos de Poder ou órgão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na UG com vínculo efetivo com o Ente	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Servidores contratados por tempo determinado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estagiários	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselheiros Tutelares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	16	18	18	18	18	18	18	18	17	17	17	17

a.2) Quadro de pessoal (valores):													
Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Tot
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	64.528	64.178	65.206	67.975	66.968	67.552	91.121	69.624	65.963	66.266	67.797	135.720	801.778
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agentes Públicos Militares Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Membros ativos de Poder ou órgão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comis.na UG com vínculo efetivo com o Ente	7.200	7.361	6.446	6.836	6.836	6.836	9.431	6.836	6.836	6.836	6.836	13.092	81.953
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	23.805	23.988,86	26.136	26.799	27.336	27.097	37.501	26.645,56	26.742	26.589	26.519	51.612,10	248.523
Servidores contratados por tempo determinado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estagiários	786	786	786	1.186	1.186	1.186	1.295	804	-	-	-	-	6.720
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	16.321	19.881	18.942	20.740	20.966	23.276	28.316	20.957	21.044	21.023	20.981	43.300	275.747
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselheiros Tutelares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	112.639	92.206	117.515	123.536	123.292	125.947	65.817	98.222	120.585	120.714	122.134	192.112	1.414.721

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 32/2023.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 32/2023.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 32/2023.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres neste exercício por parte do Instituto Ambiental de Navegantes (IAN).

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

INSTITUTO AMBIENTAL DE NAVEGANTES - IAN
DESPESAS POR MODALIDADE (ANEXO II, Item XI)
Exercício: 2022

Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Total Anual (A+B+C)
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão Presencial	0,00	0,00	49.900,00	49.900,00
Pregão Eletrônico	0,00	11.600,00	25.589,79	37.189,79
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	0,00	4.632,07	0,00	4.632,07
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0,00	0,00	65.001,20	65.001,20
Inexigibilidade de Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	16.232,07	140.490,99	156.723,06

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Diário Oficial dos Municípios" CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Portaria 215 de 13 de janeiro de 2021. Fiscais de Contrato: Fernanda Hassmann Constâncio (6199001-1) e Anderson Muller Rodrigues (367403-01)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - Sala 102, Canto, Florianópolis/SC CEP 88.070-800
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 178/2019. CONTRATO Nº 391/2019 PMN. Segundo Termo Aditivo de prazo e valor - Vigência: 17/12/2021 – 31/12/2022

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Leis Municipais" Liz Serviços Online Ltda
Pessoa de Contato:	Fiscais de Contrato: Rafaela da Silva (635443-01) e Julia Alice Guardiano (635786-01)
CNPJ:	03.725.725/0001-35
Endereço:	Rua 240, nº 400 Bairro Meia Praia, Itapema/SC CEP 88.220-000
E-mail:	financeiro@leismunicipais.com.br
Telefone:	(47) 3514-5600
Ato legal instituindo a atividade:	Processo: Inexigibilidade nº 174/2019 CONTRATO Nº 389/2019 PMN Segundo Termo Aditivo de prazo e valor - Vigência: 01/01/2021 – 31/12/2021

c) informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas (ou não) no exercício, demonstrando: recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não houve recomendações expedidas para esta unidade gestora neste exercício.

d) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

NR O SEQ	DATA	SETOR/ÁREA DE ORIGEM	DOCUMENTO DE ORIGEM	ENTIDADE	ASSUNTO	Nº REC	RECOMENDAÇÕES EMITIDAS	STATUS	MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO
241	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros (permutas)	IAN	3.9. Movimentação Financeira	18	Verificar com setor jurídico da Fundação e da Prefeitura sobre as funções e cargos dos servidores lotados na FUMAN, para corrigir possíveis não conformidades	Recomendação Parcialmente Atendida	6B/22: Não houve resposta deste item neste período 5B/22: Não houve resposta deste item neste período 4B/22: Não houve resposta deste item neste período 3B/22: Não houve resposta deste item neste período 2B/22: Sem informações adicionais neste período 1B/22: Sem informações adicionais neste período. 6B/21: Sem informações adicionais neste período
260	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros (permutas)	IAN	4.7.2. Divergência na interpretação da fórmula	36	Promover a regulamentação adequada na legislação que estabelece as taxas (Exemplo Não está discriminado ao que se refere a metragem (m²))	Recomendação Parcialmente Atendida	6B/22: Não houve resposta deste item neste período 5B/22: Não houve resposta deste item neste período 4B/22: Não houve resposta deste item neste período 3B/22: Não houve resposta deste item neste período 2B/22: Sem informações adicionais neste período 1B/22: Sem informações adicionais neste período. 6B/21: Sem informações adicionais neste período
283	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros (permutas)	IAN	7.4. Laudo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017	58	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado no Laudo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017 (Proprietário: Patrícia dos Santos/Requerente: EV Aluguel de Máquinas Ltda ME) que permite o uso de área de preservação permanente para fins particulares;	Recomendação Parcialmente Atendida	6B/22: Não houve resposta deste item neste período 5B/22: Não houve resposta deste item neste período 4B/22: Não houve resposta deste item neste período 3B/22: Não houve resposta deste item neste período 2B/22: Sem informações adicionais neste período 1B/22: Sem informações adicionais neste período. 6B/21: Sem informações adicionais neste período
295	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não financeiros (permutas)	IAN	7.4. Laudo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017	73	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado que permite o uso de área de preservação permanente para fins particulares; Laudo de Vistoria (CELESC) – nº 034/2017 - Proprietário: Patrícia dos Santos. Requerente: EV Aluguel de Máquinas Ltda ME.	Recomendação Parcialmente Atendida	6B/22: Não houve resposta deste item neste período 5B/22: Não houve resposta deste item neste período 4B/22: Não houve resposta deste item neste período 3B/22: Não houve resposta deste item neste período 2B/22: Sem informações adicionais neste período 1B/22: Sem informações adicionais neste período. 6B/21: Sem informações adicionais neste período
490	05/03/2020	Parecer de Verificação	Parecer Nº 002/2020	IAN	Denúncia Depósito de Lixo Irregular - Secretaria de Gestão e Controle recebeu denuncia de depósito de lixo irregular, em terreno publico.	1	FUMAN: encaminhe à SGC cópia dos documentos com as devidas providências adotadas referente ao possível dano ambiental e licenças concedidas (Depósito de lixo em terreno público onde está o centro de Treinamento dos Bombeiros Voluntários).	Recomendação Não Atendida	6B/22: Não houve resposta deste item neste período 5B/22: Não houve resposta deste item neste período 4B/22: Não houve resposta deste item neste período 3B/22: Não houve resposta deste item neste período 2B/22: Sem informações adicionais neste período 1B/22: Sem informações adicionais neste período. 6B/21: Sem informações adicionais neste período

VI - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes neste exercício para esta entidade celebrados de acordo com Lei nº 9.637/2008 - OSs.

VII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria neste exercício para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício celebrados de acordo com Lei nº 9.790/1999 - OSCIPs.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2023.

Marcos Zaleski de Matos
Superintendente do Instituto Ambiental de Navegantes (IAN)